



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha

Doc. N° 01
Fls. N°

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC QUE
ENTRE SI FIRMAM O ESTADO DE MINAS GERAIS,
POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,
NESTE ATO REPRESENTADO PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - JEQUITINHONHA E
O INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA –
INCRA, REPRESENTADO PELA SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL - SR 06/MG.**

Pelo presente instrumento, **O ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD**, criada pela Lei Delegada nº. 180, de 20 de janeiro de 2011, com sede na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Bairro Serra Verde, Edifício Minas – 2º andar, CEP 30.630-900, em Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob nº.

nesta ato representada pela **SUPERINTENDENTE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - JEQUITINHONHA**, Eliana Piedade Alves Machado, CPF nº. MASP nº. conforme delegação de competência

contida na Resolução SEMAD nº. 843, de 21 de novembro de 2008, e o **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**, Autarquia Federal de Regime Especial, criada pelo Decreto-Lei nº. 1110, de 09 de junho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231, de 23 de outubro de 1984, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS – SR 06/MG**, com sede à Avenida Afonso Pena, nº. 3.500, Bairro Cruzeiro, CEP 30.130-009, Belo Horizonte/MG, neste ato representado pela sua Superintendente, Sra. Lucy Rodrigues Espeschit, CPF nº. SIAPE nº. ora denominados partes ;

CONSIDERANDO que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a SEMAD e o INCRA tem como objeto a padronização dos procedimentos necessários à formalização da Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), requerida pelo INCRA para os Projetos de Assentamentos com capacidade até 100 famílias, bem como dos procedimentos relativos à regularização das Áreas de Reserva Legal, do Uso dos Recursos Hídricos e de eventuais supressões de vegetação destes Projetos.

CONSIDERANDO que as Superintendências Regionais de Regularização Ambiental – SUPRAMs – têm por finalidade planejar, supervisionar, orientar e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos formulados e desenvolvidos pela SEMAD, dentro de suas áreas de abrangência territorial.

CONSIDERANDO a indiscutível importância e interesse social do Programa Nacional de Reforma Agrária, o qual se constitui em atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e dos órgãos competentes do Governo do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha

CONSIDERANDO o teor do artigo 18, da Lei Federal nº. 8.629/1993, que estabelece: “A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos.”

CONSIDERANDO que os empreendimentos e atividades listados no Anexo Único Deliberação Normativa nº. 074/04, enquadrados nas classes 1 e 2, considerados de impacto ambiental não significativo, ficam dispensados do processo de licenciamento ambiental no nível estadual, mas sujeitos obrigatoriamente à autorização de funcionamento pelo órgão ambiental estadual competente, mediante cadastro iniciado através de Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento preenchido pelo requerente, acompanhado de termo de responsabilidade, assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.

CONSIDERANDO que a Autorização Ambiental de Funcionamento somente será efetivada se comprovada a regularidade face às exigências de Autorização para Exploração Florestal – APEF (nomenclatura atualizada – Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA) e de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação Normativa COPAM nº. 135, de 19 de maio de 2009, na Deliberação Normativa COPAM nº. 142, de 20 de novembro de 2009 e na Deliberação Normativa CERH nº. 33, de 20 de novembro de 2009.

RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC, CONFORME AS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constituem objeto deste instrumento o estabelecimento das condições para a emissão da Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF – para Projeto de Assentamento para fins de reforma agrária, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o INCRA e a SEMAD em 30 de Março de 2010.

Projeto de Assentamento Santa Cruz, localizado na zona rural do município de Rio do Prado/MG, com área de 1.908,4191 ha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO AJUSTADO

O INCRA obriga-se a:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha

Doc. N° 02
Pg. N° 02

ITEM	ATIVIDADE	PRAZO
1	Regularizar as intervenções em recurso hídrico existentes no assentamento a cargo do INCRA.	1 ano.

2.2 - Após a celebração de contrato de concessão de uso, sob condição resolutiva, entre INCRA e o assentado, o INCRA deverá apoiar o assentado, prestando assistência técnica para que o mesmo possa providenciar o Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA), a ser emitido pelo IEF, necessário à nova intervenção ambiental/florestal de uso individual, bem como apoiar o assentado, prestando assistência técnica para que o mesmo possa providenciar a outorga de direito de uso de recurso hídrico ou cadastro de uso de vazão insignificante, inclusive nos termos da Deliberação Normativa CERH nº. 33, de 20 de novembro de 2009, necessário à nova intervenção em recursos hídricos de uso individual.

2.3 – Fica proibida qualquer nova supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente sem a devida autorização, através do DAIA, pelo órgão ambiental.

2.4 – Fica proibida qualquer nova intervenção para uso de recurso hídrico – subterrânea ou superficial – sem a respectiva outorga ou cadastro de uso insignificante a serem emitidos pelo órgão ambiental.

2.5 – O INCRA deverá informar as Associações e Sindicatos de assentados da necessidade dos assentados promoverem a regularização de seus usos de Recursos Hídricos e Florestais, nos termos dos itens 1.7, 1.11 e 5 do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, em 30/03/2010, entre a SEMAD e o INCRA com objetivo de padronizar os procedimentos necessários à formalização da Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), requerida pelo INCRA para os Projetos de Assentamentos com capacidade até 100 famílias.

2.6 – O INCRA deverá fornecer a cada assentado os seguintes documentos:

- Cópia do TAC a que se refere o item 2.5 acima;
- Cópia deste TAC;
- Cópia da AAF a que se refere esse TAC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE JUSTAMENTO DE CONDUTA

3.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo INCRA implicará em:

- a- Aplicação das penalidades administrativas previstas no Decreto Estadual nº 44.844/2008;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha

- b- Multa no valor de R\$ 2.501,00 (Dois mil, quinhentos e um reais);
- c- Encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público;
- d- Execução imediata do presente Termo de Ajustamento de Conduta e o cancelamento da AAF concedida.

3.2 A eventual inobservância pelo COMPROMISSÁRIO de qualquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente TERMO, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma tipificada no art. 393. do Código Civil Brasileiro, não constituirá descumprimento do presente, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM Jequitinhonha, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

3.3 Comprovada a omissão do INCRA no cumprimento do disposto nesse Termo de Ajustamento de Conduta, em especial com os passivos ambientais que possam ocorrer em decorrência da operação inadequada do assentamento como um todo, o INCRA será responsável solidário dos assentados, em concordância com a legislação ambiental em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 meses, contados da data de sua assinatura.

4.2 Confirmando-se o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta por parte do INCRA, a SUPRAM Jequitinhonha expedirá, no prazo de 30(trinta) dias a contar da data da baixa do respectivo TAC a certidão extinguindo-se o presente Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, assim como toda e qualquer responsabilidade administrativa do INCRA, transacionada no presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO JUDICIAL

A inexecução total ou parcial do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental implica em sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa ao órgão jurídico competente do Estado de Minas Gerais, para a execução judicial das obrigações dele decorrentes, como TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, na forma do disposto pelo artigo 5º, § 6º, da Lei Federal nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo art. 113, da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha

Doc. N° _____
Fls. N° **03**

7.1 Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte para dirimir as questões decorrentes do presente Termo de Ajustamento de Conduta, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Ajustamento de Conduta em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também assinam.

Diamantina, 01 de abril de 2011.

Eliana Piedade Alves Machado
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha

Lucy Rodrigues Espeschit
Superintendente Regional do INCRA- SR 06/MG

Testemunhas:

Nome _____
CPF: _____

Nome _____
CPF: MARCELO GUEDES DUPIN
Técnico em Agropecuária
INCRA/MG

